DIREITOS HUMANOS

Punição a torturador volta a gerar polêmica

Protesto e abaixo-assinado fazem defesa de Comissão da Verdade

Roldão Arruda

As reações do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e de grupos militares às propostas de apuração de violações de direitos humanos ocorridas na ditadura reavivaram as polêmicas em torno do assunto. Está prevista para esta semana uma manifestação conjunta de movimentos de direitos humanos e de outros setores organizados da sociedade civil em defesa da Comissão da Verdade – proposta no Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado há três semanas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Paralelamente às costuras para essa ação conjunta, foi intensificada a coleta de assinaturas eletrônicas para o Manifesto Contra a Anistia aos Torturadores. Lançado na segunda semana de dezembro, no site da Associação dos Juízes para a Democracia, o manifesto contava, na sexta-feira à noite, com mais de 11 mil assinaturas. Um número surpreendente, na avaliação do presidente da entidade, Luis Fernando Vidal.

"Imaginávamos que teria boa adesão, mas não que fosse tão rápida, considerando que estamos em período de férias, com pouca capacidade de mobilização das pessoas", diz Vidal. "O espaço está servindo para que pessoas comuns manifestem seu descontentamento."

O ministro Paulo Vannuchi (secretaria nacional de Direitos Humanos) assina a lista. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, ele ameaçou abandonar o cargo, caso o plano sofra alterações que permitam a punição a torturados, e disse ser "um fusível removível" no governo.

Aparecem ainda as assinaturas de estudantes, profissionais liberais, artistas, educadores, escritores, jornalistas. O compositor Chico Buarque apareceu logo na primeira leva de pessoas que endossaram o manifesto. Também podem ser localizados na relação o escritor e jornalista Fernando Morais, os artistas plásticos Sérgio Ferro e Fábio Miguez e o professor Daniel Aarão Reis Filho.

"A lista mostra que o debate interessa a toda a sociedade, não por revanchismo, mas pela necessidade de se resgatar a memória e fazer justiça", diz a juíza Kenarik Felippe, secretária da associação.

Vannuchi ameaça deixar governo se plano for alterado, como quer Jobim

INTERPRETAÇÃO

As assinaturas do manifesto estão sendo enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente ao ministro Eros Grau. Ele é o relator da ação proposta em outubro de 2008 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), requerendo que a corte interprete o primeiro artigo da Lei da Anistia, de 1979, e declare que ela não se aplica aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra os opositores políticos, no período da ditadura militar.

Até agora tem vigorado a interpretação de que a anistia teria alcançado também os agentes do regime. Para a OAB, a tortura, morte e desaparecimento dos corpos de opositores do regime são crimes comuns, não abarcados na anistia política concedida há 30 anos.

A proposta da OAB é para que o Brasil siga o exemplo de países vizinhos que também enfrentaram ditaduras – e adotaram soluções diferentes no acerto de contas. Na Argentina, a Corte Suprema anulou a lei de anistia adotada durante a ditadura. Militares que torturaram prisioneiros políticos foram julgados e condenados.

Na semana passada, a presidente Cristina Kirchner decretou a abertura dos arquivos das Forças Armadas, até mesmo os considerados confidenciais. No Brasil, militares alegam que os arquivos foram queimados.

Uma das tarefas da Comissão da Verdade proposta seria requisitar os arquivos das Forças Armadas. "Isso deve ser feito, não para julgar ninguém, porque nenhuma Comissão da Verdade faz isso, mas sim reconstituir o passado", diz o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, relator da ONU. "Essa conversa de revanchismo é coisa de saudosistas da ditadura."

LEITURAS

A polêmica na área dos direitos humanos também ganhou corpo na semana passada com as críticas à amplitude das propostas contidas no programa lançado por Lula em dezembro. Entidades ligadas à Igreja Católica e imprensa, representantes de partidos e até um ministro, Reinhold Stephanes (Agricultura), fizeram críticas ao programa.

Na opinião de Paula Miraglia, diretora do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, as críticas expõem as diferentes leituras. "No Brasil, por conta da nossa história, a leitura quase sempre fica restrita ao campo da violência, às questões de segurança pública." ●

DITADURA

Diferentes soluções

Como o Brasil e os países vizinhos encaram a anistia aos crimes cometidos durante o regime militar

	A BANDEIRA	A LEI	PÓS-DITADURA
BRASIL	Nos anos 70, a anistia se transforma na maior bandeira do movimento pela redemocratização	A Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso, em agosto de 1979, é considerada uma vitória da oposição	Passados 30 anos, a Lei da Anistia continua em vigor. Nenhum responsável por torturas foi julgado
ARGENTINA	Para a oposição à ditadura argentina, a principal bandeira não é a anistia, mas justiça	As leis de anistia, impostas pelos militares, são ignoradas. Para a oposição, visavam a autoanistia	A Corte Suprema da Argentina anulou a autoanistia. Militares foram julgados e condenados
CHILE	A luta contra a ditadura do general Pinochet, no Chile, também é pautada pela bandeira da justiça	Os democratas chilenos consideram ilegítima a autoanistia dos ditadores militares	A lei de autoanistia permanece. Mas acusados de crimes políticos foram julgados e condenados

INFOGRÁFICO/AE

Lula faz 'propaganda enganosa', acusa militante

...Criticado por partidos de oposição, associações da área de comunicações, ruralistas e líderes religiosos, o Programa de Direitos Humanos lançados dias atrás pelo presidente Lula também não agradou a entidades de defesa dos direitos humanos. Em Porto Alegre, Jair Kirschke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a mais antiga organização nesta área em ação no País, acusa Lula de fazer "propaganda enganosa" para os familiares de mortos e desaparecidos nos anos da ditadura militar.

O militante lembrou que a proposta inicial, originada na Conferência de Direitos Humanos, era para que o Executivo criasse por meio de decreto a Comissão da Verdade, destinada a abrir os arquivos militares, apurar fatos e tentar esclarecer as condições em que morreram e onde foram enterrados opositores do regime até hoje não localizados.

"Mas não foi isso que o governo fez", diz Kirschke. "Quem ler com atenção o programa verá que ele fala na criação de um grupo de trabalho, para elaborar uma proposta sobre a Comissão da Verdade e entregá-la ao governo, que então preparará um projeto de lei para ser encaminhado ao Congresso, até abril. Sabemos que governo vai acabar e que o tal projeto ainda estará no Legislativo, ou seja, não vai acontecer nada, o que é muito conveniente num ano eleitoral."

Para Kirschke, Lula tem uma posição dúbia sobre o tema. Prova disso seria o fato de não ter recebido familiares de mortos e desaparecidos. "Ele está no oitavo ano de governo e nunca aceitou os convites para se encontrar com esses familiares", acusa. "É um caso raro na América Latina."

Por outro lado, Kirschke critica o Programa de Direitos Humanos por achar que tenta impor restrições à imprensa. "Quando isso acontece, devemos acender as luzes vermelhas, de alerta, porque, sem liberdade de imprensa, todos os outros direitos dos cidadãos ficam ameaçados." ● R.A.

DEFESA

Dassault aposta no Brasil contra crise

Herdeiro da fabricante do caça Rafale fala em queda de vendas

Andrei Netto
CORRESPONDENTE
PARIS

Enquanto executivos do governo da França tentam demonstrar "serenidade" à imprensa europeia e brasileira, o principal acionista da Dassault, companhia fabricante do caça Rafale, não hesita em reconhecer sua expectativa quanto à decisão de Brasília. Um dos três concorrentes da licitação FX-2, destinada a renovar a esquadrilha da Força Aérea Brasileira (FAB) com 36 novas aeronaves, o jato militar é uma alternativa para um mercado civil ainda em crise.

A ansiedade veio a público graças ao desabafo do acionista número 1 da companhia Dassault Aviation, Serge Dassault. Filho do fundador, Marcel Dassault, ele está afastado do comando do grupo desde 2000, mas segue ativo como conselheiro. E, na contramão do atual diretor-presidente da empresa, Charles Edelstenne, que preserva o silêncio, o herdeiro reconheceu a importância da venda do Rafale, não apenas para o Brasil, mas também para os Emirados Árabes Unidos, outro cliente potencial. "Até este momento, ainda não há encomenda do Brasil, mas todas as esperanças são permitidas", afirmou Serge, em entrevista à Radio Classic, da França, no fim da semana passada.

O início das vendas do Rafale – um caça até aqui jamais exportado e usado apenas pela Força Aérea Francesa – seria uma injeção de ânimo na empresa em meio à recessão. Em razão da crise econômica, que atinge em particular as grandes fortunas da Europa e dos Estados Unidos, as vendas do produto mais procurado da Dassault, o avião executivo Falcon, estão em queda. "Desde janeiro (de 2009) não vendemos muitos Falcons. Mas não se trata simplesmente de uma questão de preço, mas também da crise e do crédito", afirmou. "Nada disso ainda se recuperou muito bem, mas eu espero a retomada. E há os Rafale, também, que nós esperamos vender", afirmou Serge Dassault.

A queda nas vendas do Falcon é a razão pela qual duas das quatro usinas de produção da Dassault, Martignas e Biarritz, seguirão em férias coletivas, enquanto outras duas, Selon e Argenteuil, só retomarão a atividade em março. A empresa, no entanto, não fornece detalhes sobre o número de encomendas canceladas em decorrência da crise. Os resultados da empresa no exercício de 2009 só serão revelados em março.

O discurso franco do herdeiro destoa do silêncio de Edelstenne, mas também do perfil do governo francês. Desde que o conteúdo do relatório prévio da Força Aérea Brasileira (FAB) que colocava o Rafale como terceira opção da licitação F-X2 foi revelado, na semana passada, tanto a matriz da Dassault, em Saint-Cloud, nos arredores de Paris, quanto a filial, em Brasília, mantêm-se em silêncio.

No Palácio do Eliseu, a palavra de ordem é discrição. O conselheiro diplomático da presidência, Jean-David Levitte, e o conselheiro de Américas, Damien Loras, não quiseram comentar a expectativa da França. Oficialmente, o governo Nicolas Sarkozy se diz sereno. Extra-oficialmente, a maior preocupação é que a FX-2 seja postergada por causa das eleições, como no governo anterior. ●

PARAÍBA

TJ anula sentença contra ex-deputado

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça anulou sentença de pronúncia contra o ex-deputado Ronaldo Cunha Lima. Nova sentença terá de ser prolatada. Ele é acusado de tentativa de homicídio contra o ex-governador Tarcísio Burity, em 1993. O colegiado aceitou argumento da defesa de que a sentença usou linguagem excessiva, o que poderia influir na decisão dos jurados.

JUSTIÇA ELEITORAL

Eleitor pode solicitar título até 5 de maio

O Tribunal Superior Eleitoral fixou o dia 5 de maio como prazo final para atender a pedidos de obtenção de título de eleitor e transferência de domicílio eleitoral. A data vale também para quem precisa fazer a revisão dos dados eleitorais. A solicitação do título e a atualização de dados pode ser encaminhada pelo site do TSE (*www.tse.jus.br*).

PRESIDÊNCIA

Lula passa fim de semana no Guarujá

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passa os últimos dias de suas férias no Guarujá, no litoral paulista. Ontem, o presidente permanecia com amigos e familiares em casa do Exército no Forte dos Andradas, na Praia do Tombo. Lula está desde quarta-feira na região e a expectativa é que fique lá apenas até hoje, quando volta a Brasília.

CORREÇÃO

Diferentemente do informado na nota *Presidente do TRE é alvo de ação do PMDB*, da edição de 20 de dezembro, o desembargador João Maroja nada decidiu em ação que discute a cassação do prefeito de Belém, Duciomar Costa, mas apenas encaminhou os autos ao juiz relator.